



# Finanças Públicas – Estado

## *Relatório Finanças Públicas “Janeiro a Dezembro de 2011”*

**Direcção Geral da Conjuntura, Previsão e Relações Internacionais**

Direcção de Serviço de Estudos Económicos

Bissau, Fevereiro 2012

## Índice

I. Editorial .....	2
II. INTRODUÇÃO .....	3
III. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DURANTE O ANO DE 2011 .....	5
3.1 Execução Orçamental do Estado .....	5
3.2. Pagamento dos anos anteriores no exercício corrente.....	6
3.3. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias.....	7
3.4. Dívida Externa.....	9
3.4.1. Quadro da Evolução da Dívida Externa .....	9
3.5. Estado de Convergência .....	10
IV. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI .....	12
V. PERSPECTIVAS .....	13
VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	14

## I. EDITORIAL

O Ministério das Finanças (MF) ao assumir a Reforma Institucional como um desafio, uma resposta e uma solução para modernização e maior eficiência na prestação de serviços públicos do Estado, pretende contribuir, de uma forma significativa, para a mudança organizacional da produção e valorização de uma nova metodologia de trabalho baseada na produção de valores associada à gestão por objectivo e por competência.

Por um lado, o desafio assumido pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no âmbito do Programa Trienal de Facilidade de Crédito Alargado (ECF), constitui para a actual Direcção Superior do Ministério das Finanças, não só uma recomendação da Comunidade Internacional, mas também um imperativo de maior transparência e rigor na gestão da coisa pública, e de mudança, capaz de permitir um alavancar de esperança e credibilidade na nossa administração pública.

Com a publicação do presente relatório pretende-se criar um novo conceito de gestão e de aproximação da sociedade introduzindo a vertente comunicação numa perspectiva pedagógica e, permitir o acompanhamento de todo o processo de reforma em curso na gestão das Finanças Públicas. Pretende-se ainda fundamentalmente, proporcionar ao público em geral, e aos colaboradores e parceiros em particular, uma nova dinâmica da transformação da visão futura das Finanças Públicas da Guiné-Bissau.

**Ministério das Finanças**

### II. INTRODUÇÃO

O objectivo deste Boletim é fornecer informações sobre o estado das Finanças Públicas até Dezembro de 2011, de forma a permitir uma visão global da execução orçamental, dando mais transparência à execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) de acordo com o novo Código da Transparência e Gestão das Finanças Públicas Nº 1/2009/CM/UEMOA (União Económica e Monetária da África Ocidental). Com efeito, de acordo com o Código de Transparência da UEMOA, constitui-se uma recomendação aos Estados membros da união a tornarem-se públicas as informações sobre a execução orçamental.

Esta apresentação visa fornecer informações que permitem a tomada de decisões necessárias à prossecução dos objectivos do Governo em matéria das Finanças Públicas, consubstanciadas no seu Programa e no OGE-2011.

Tendo como objectivo, dar informações úteis ao público sobre a execução orçamental, o Boletim apresenta, inicialmente, a evolução das Finanças Públicas durante o ano de 2011 (Resultado da execução orçamental do OGE de Janeiro a Dezembro de 2011), e de seguida, o ponto de situação do Estado de implementação do programa ECF com o FMI. Posteriormente, vai dar-se as Perspectivas para o ano económico de 2012 e por último as Conclusões e Recomendações.

Assim sendo, o Ministério das Finanças (MF), no âmbito do Código de Transparência acima mencionado, apresenta ao público “O Relatório das Finanças Públicas de Janeiro a Dezembro de 2011”.

O País atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa PPME<sup>1</sup>, após as decisões conjuntas do Conselho de Administração do FMI no dia 13 de Dezembro e do Banco Mundial no dia 16 Dezembro de 2010. Na base desta importante decisão dos Conselhos de Administração das Instituições do Breton Woods, o País beneficiou de uma redução significativa do stock da sua dívida externa em Maio de 2011. Este alívio alcançado representa o novo começo e lança novas permissas para as Finanças Públicas e para o País em geral.

Com o intuito de contribuir para o sustento da dívida externa da Guiné-Bissau, os Credores facilitaram as negociações que por último culminou com a redução importante do stock. Todavia, o Governo acordou junto dos seus principais parceiros que as eventuais recursos adicionais que serão obtidos através da anulação da dívida externa, sejam utilizados para financiar objectivos específicos e prioritários (saúde, educação e infraestruturas de base) conforme identificados no Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP).

Até final do ano 2011, o saldo global do Estado, excluindo os donativos, acusou um déficit de 2.660,0 milhões de FCFA, tendo-se registado um acréscimo na receita total de 17,9% e um aumento na despesa corrente primária de 11,4% face ao mesmo período do ano transacto. O saldo primário de base situou-se em -2.349,9 milhões de FCFA contra -4.855,1 milhões de FCFA no mesmo período de 2010.

---

<sup>1</sup> Países Pobres Mais Endividado.

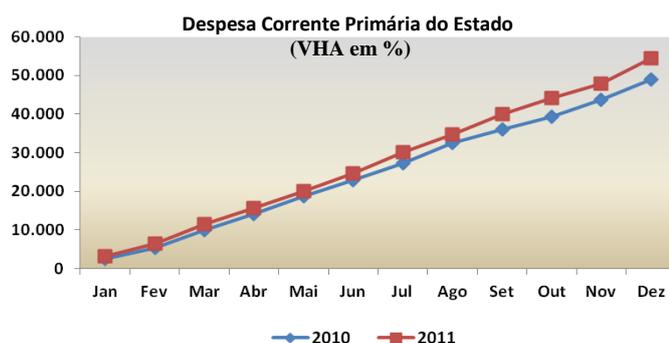
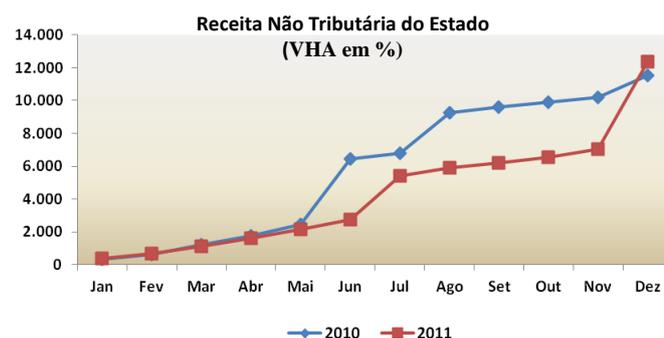
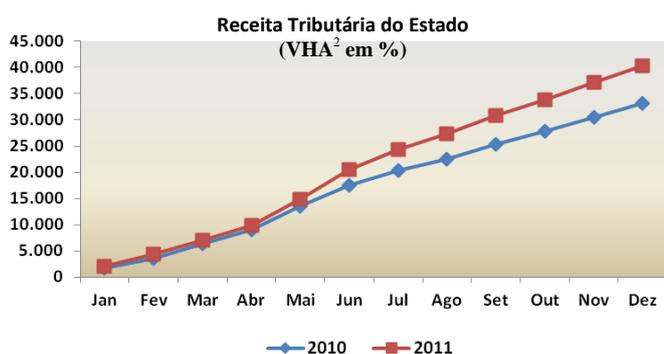
### III. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DURANTE O ANO DE 2011

#### 3.1 Execução Orçamental do Estado

(Janeiro a Dezembro 2011)

DESIGNAÇÃO	Em milhões FCFA		
	2010 Exec	2011 Exec	VH %
<b>Receitas Correntes</b>	<b>44.605,4</b>	<b>52.603,2</b>	<b>17,9</b>
Receitas Tributárias	33.086,1	40.253,4	21,7
Receitas não Tributárias	11.519,3	12.349,8	7,2
<b>Despesas Correntes</b>	<b>50.119,2</b>	<b>54.649,3</b>	<b>9,0</b>
Despesas com Pessoal	26.223,8	28.814,7	9,9
Remun.certas(massa salarial)	19.107,2	22.207,6	16,2
outras (abon.var e seg. Soc.)	7.116,6	6.607,1	-7,2
Aquisição Bens e Serviços	8.618,6	7.500,0	-13,0
Transferências	6.778,3	7.196,6	6,2
Outras Despesas Correntes	7.374,6	11.072,8	50,1
Juros	1.123,9	65,2	-94,2
<b>Despesas à Regularizar</b>	<b>150,1</b>	<b>244,9</b>	<b>63,2</b>
<b>Desp. Capital (c/rec. Int.)</b>	<b>465,2</b>	<b>368,9</b>	<b>-20,7</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>44.605,4</b>	<b>52.603,2</b>	<b>17,9</b>
<b>Total das Desp. Internas</b>	<b>50.734,5</b>	<b>55.263,2</b>	<b>8,9</b>
Saldo Global exc. Donativos	-6.129,1	-2.660,0	
Saldo Primário	-4.389,9	-1.980,9	
Saldo Primário de base	-4.855,1	-2.349,9	

Fonte: Ministério das Finanças



<sup>2</sup> Variação Homóloga Acumulada.

De acordo com o Quadro das Operações Financeiras do Estado (TOFE - 2011), até Dezembro de 2011:

- O saldo global excluindo os donativos registou um défice de 2.660,0 milhões de FCFA contra 6.129,1 milhões de FCFA no mesmo período de 2010;
- O saldo primário de Base acusou um déficit de 2.349,9 milhões de FCFA contra 4.855,1 milhões de FCFA no mesmo período do ano transacto.

• **As receitas correntes** cresceram 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**As receitas tributárias** registaram um acréscimo de 21,7%, devido ao aumento nos impostos directos em 23,8% e nos impostos indirectos em 20,8%, assim como, as **receitas não tributárias** registaram acréscimo de 7,2% que é explicado pelo aumento significativo de 39,3% da receita proveniente da compensação financeira das pescas por parte da União Europeia.

A evolução dos impostos directos deve-se ao crescimento das receitas nas seguintes rubricas:

- No Imposto sobre rendimento (ISR) em 23,0%, originado pelo aumento da contribuição predial e da contribuição

industrial em 48,1% e 26,5% respectivamente, face ao mesmo período do ano anterior.

- Nos outros impostos directos, o crescimento foi de 66,1%, influenciado pelo aumento significativo do imposto sobre a propriedade em 75,1% e do imposto de capitais em 61,2%, em relação ao mesmo período do ano anterior;

As rubricas dos impostos indirectos registaram uma evolução favorável de 20,8%, entre os quais: as receitas de imposto sobre as transações internacionais em 28,4%, as receitas de outros impostos indirectos, em 14,6%, as receitas do imposto geral sobre vendas (IGV) em 19,2% e as receitas de imposto sobre o consumo (IEC) em 3,1%.

**O Total das Despesas** aumentaram em 8,9%. E as despesas primárias<sup>3</sup> registaram a mesma tendência, de 11,3%. Por último, as despesas correntes primárias aumentaram em 11,4%, impulsionado pelo aumento nas rubricas das despesas correntes, com destaque:

- **Despesas com pessoal**, que registou um aumento de 9,9%, tendo este aumento destacado nas

remunerações certas (massa salarial) em 16,2%, devido ao recrutamento dos agentes ligados ao Ministério da Justiça (agentes do conservatório do registo civil, Guardas prisionais, novos Ingressos da Polícia Judiciária e Magistrados), pagamento dos atrasados internos ao pessoal de Saúde e da Educação e o ajustamento do salário do Ministério Interior com o Ministério da Defesa;

- Outras despesas correntes em 50,1%;

- Transferências em 6,2%.

Ainda nas rubricas das despesas correntes registaram-se uma diminuição nas aquisições de bens e serviços e pagamentos de juros em 13,0% e 94,2% respectivamente. Este último deve-se ao perdão da dívida externa.

### **3.2. Pagamento dos anos anteriores no exercício corrente**

Até Dezembro de 2011, o Governo pagou algumas despesas atrasadas, referentes ao ano de 2010 no montante de 383,2 milhões de FCFA, o que representa 0,08% do PIB.

Essas despesas foram pagas da seguinte forma: despesas com pessoal 9,8 milhões de FCFA, amortização e despesas da dívida pública em 103,2 milhões de FCFA, aquisição de bens e

---

<sup>3</sup> Tomamos as despesas primárias como sendo despesas totais excluindo juros.

serviços em 153,3 milhões de FCFA, transferências correntes em 95,7 milhões de FCFA, outras despesas

comuns em 6,1 milhões FCFA e contas especiais do tesouro em 15,1 milhões de FCFA.

### Quadro da Variação Homóloga Acumulada

Indicador	Unidade	Dez-10	Jan-11	Fev-11	Mar-11	Abr-11	Mai-11	Jun-11	Jul-11	Ago-11	Set-11	Out-11	Nov-11	Dez-11
Receita Total	VHA	26,1	18,3	20,0	6,0	6,2	6,8	-3,4	9,6	4,5	5,9	6,9	8,5	17,9
Receitas Correntes	VHA	26,1	18,3	20,0	6,0	6,2	6,8	-3,4	9,6	4,5	5,9	6,9	8,5	17,9
<i>Receitas Tributária</i>	VHA	24,5	21,4	20,9	8,9	9,0	10,2	16,6	19,6	21,3	21,5	21,5	21,8	21,7
<i>Receitas Não Tributária</i>	VHA	31,0	3,3	14,6	-9,0	-8,5	-11,7	-57,8	-20,3	-36,4	-35,3	-34,3	-31,2	7,2
Despesas Totais	VHA	-17,7	11,1	16,3	10,5	6,6	4,1	4,7	7,6	4,1	7,8	8,9	6,9	8,9
<i>Despesas Correntes</i>	VHA	9,9	10,4	15,7	11,1	7,2	4,5	5,0	7,6	4,5	8,4	9,4	7,3	9,0
<i>Despesas Correntes Primárias</i>	VHA	9,9	21,0	21,5	13,9	10,0	6,7	7,3	10,7	7,1	10,9	12,0	9,7	11,4
<i>Despesas Primárias</i>	VHA	-18,2	21,8	22,1	13,3	9,3	6,3	7,0	10,6	6,7	10,3	11,4	9,2	11,3

Fonte: Ministério das Finanças.

### 3.3. Gastos Sociais e Despesas Prioritárias

Até Dezembro de 2011, o total das despesas correntes efectuadas nos sectores da Educação, Saúde, Infra-estruturas e Agrícola, foram de 10.080,9 milhões de FCFA, o que representa 2,2% do PIB, contra uma previsão anual de 12.228,0 milhões de FCFA. É de salientar que, a execução ficou abaixo do nível do programado.

Durante o período em análise, o gasto realizado no sector da Educação foi de 6.812,6 milhões de FCFA contra uma Previsão de 6.898,0 milhões de FCFA, representando 1,48% do PIB.

Em relação ao sector de Saúde, a taxa da execução das despesas correntes, situa-se na ordem de 2.477,0 milhões

de FCFA que representa 0,54% do PIB, contra uma previsão de 3.788,0 milhões de FCFA.

Relativamente ao Sector Agrícola, o gasto previsto foi de 1.055,0 milhões de FCFA, tendo uma execução de 422,3 milhões de FCFA, representando 0,09% do PIB.

Por último, no sector das Infra-estruturas, a execução foi de 368,9 milhões de FCFA contra uma previsão de 487,0 milhões de FCFA, representando 0,08% do PIB.

No período em análise, a maior parte das despesas correntes realizadas estão afectadas aos sectores da

Defesa e Segurança (13.828,8 milhões de FCFA), ou seja, 3,01% do PIB.

Este facto traduz-se na necessidade de acelerar a implementação de políticas

no quadro das reformas estruturais, com vista a canalizar esses recursos para áreas produtivas.

**QUADRO DOS GASTOS SOCIAIS\* E DESPESAS PRIORITÁRIAS Dez. 2011 (em milhões Fcfa)**

Sectores Sociais e Agrícola	Prog. Dezembro FMI	Real.	Tx. Real.	Em % do PIB
Educação	6.898,0	6.812,6	98,8	1,48
Saúde	3.788,0	2.477,0	65,4	0,54
Agricultura	1.055,0	422,3	40,0	0,09
Infra-estrutura	487,0	368,9	75,8	0,08
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.228,0</b>	<b>10.080,9</b>	<b>82,4</b>	<b>2,2</b>

(\*) Despesas correntes e despesas de capital com financiamento interno

**Fonte: DGO** – Direcção Geral do Orçamento

**QUADRO DAS DESPESAS CORRENTES DA DEFESA E SEGURANÇA (em milhões Fcfa)**

	Prog. OGE	Exec.	Tx. Exec.	Em % do PIB
<b>Defesa e Segurança</b>	<b>13.951,8</b>	<b>13.828,8</b>	<b>99,1</b>	<b>3,01</b>

Fonte: Ministério das Finanças/DGO

### 3.4. Dívida Externa

#### 3.4.1. Quadro da Evolução da Dívida Externa

Evolução recente do Stock da Dívida Externa Líquida da Guiné-Bissau			
PERÍODO	PIBn Milhões FCFA	STOCK DA DÍVIDA EXTERNA DA GUINÉ- BISSAU (Milhões FCFA)	DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA % DO PIB
2006	302.501	522.865	172,8%
2007	331.040	494.597	149,4%
2008	377.451	510.673	135,3%
2009	393.109	499.102	127,0%
2010	413.750	497.220	120,2%
2011(*)	459.327	79.302	17,3%

(\*) Dados disponíveis até Dezembro de 2011.

Fonte: DSD – Direcção de Serviço da Dívida.

#### Indicador da Dívida Externa até 31 de Dezembro de 2011. (Em mil Xof)

	Total do stock da Dívida externa até 31/Dez./10	Total do stock da Dívida externa até 31/Dez./11
<b>Total</b>	<b>497.219.552,92</b>	<b>79.302.434,06</b>
<b>Multilateral</b>	<b>235.248.934,76</b>	<b>28.877.754,61</b>
<b>Bilateral</b>	<b>261.434.816,17</b>	<b>49.888.877,46</b>
<b>Banco Franco-Português</b>	<b>535.801,99</b>	<b>535.801,99</b>

Fonte: MF/DSD

No final de Dezembro de 2011, o stock da dívida Externa situou-se em 79.302,4 milhões de Fcfa contra 497.219,5 milhões de Fcfa no final de Dezembro do ano de 2010.

Esta forte diminuição do Stock da dívida externa, explica-se pela perdão obtida no quadro da “Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados e da Iniaciativa do Alivio da Divida Multilateral, assim como dos principais credores do Clube de Paris.

Relativamente as dívidas do BADEA (Banco Árabe do Desenvolvimento Económico em África), foi reescalorada (principal) até o ano 2057, enquanto que a Rússia, foi até ao ano 2021, Kuwait e Arábia Saudita, ambos foram até ao ano 2052, incluindo o principal e os juros.

### 3.5. Estado de Convergência

#### Quadro do Critério da Primeira Ordem

1ª Ordem			
CONVERGÊNCIA			
Janeiro a Dezembro			
INDICADORES	Norma	2010	2011
Rácio saldo Orç.de base/PIB	>=0	1,3	2,2
Taxa de Inflação média anual	<=3%	2,1**	5,1**
Rácio dív. Pub.Efectiva Total/PIB <sup>4</sup>	<=70%	130,3	17,3
Var. dos atras. de pagto. Interno	0	846,5	1.189,9

(\*\*) Dados do INE

#### Quadro do Critério da Segunda Ordem

2ª Ordem			
CONVERGÊNCIA			
Janeiro a Dezembro			
INDICADORES	Norma	2010	2011
Massa Salarial/Receitas Fiscais	<=35%	57,7	55,1
Rácio inv.Púb.fin.rec.int./R.Fisc.	>=20%	1,4	0,9
Rácio déf.ext.cor.s/Don/PIB	>=-5%	-10,4	-7,1
Taxa Pressão Fiscal	>=17%	8,0	8,8

#### Critério de primeira ordem:

**Primeiro:** Até Dezembro de 2011, o rácio do saldo orçamental de base sobre o PIB nominal foi de 2,2%, contra 1,3% no período homólogo de 2010.

**Segundo:** No final de 2011, a taxa de inflação média anual medida pelo índice dos preços no consumidor foi de 5,1% e no final de 2010 foi de 2,1%.

**Terceiro:** O rácio da dívida efectiva líquida sobre o PIB nominal foi de 17,3% até Dezembro de 2011. No período homólogo de 2010, esse rácio foi de 130,3%.

**Quarto:** Até Dezembro de 2011, a acumulação dos atrasados de pagamentos encontra-se na ordem de 1.189,9 milhões de FCFA.

Ao passo que, no ano passado, registou-se no igual período, uma acumulação de 846,5 milhões de FCFA, conforme demonstra o quadro acima.

#### Critério de segunda ordem:

**Primeiro:** O rácio da massa salarial sobre as receitas fiscais atingiu 55,1% em Dezembro de 2011, contra 57,7% no período homólogo de 2010. Esta melhoria no período é motivada por um aumento significativo na receita tributária em 21,7%, apesar de um aumento também na massa salarial de 15,7%.

**Segundo:** O rácio dos investimentos com recursos internos em relação as receitas fiscais deteriorou ligeiramente, descendo para 0,9% até Dezembro de 2011, contra 1,4% no período homólogo do ano anterior.

<sup>4</sup> Taxa de câmbio, final Dezembro: 2010 (485,07 Fcfa) e 2011 (497,275 Fcfa); PIBn: 2010 (413,7 bilhões Fcfa) e 2011 (459,3 bilhões Fcfa).

**Terceiro:** A previsão do rácio de défice exterior corrente sem donativos em relação ao PIB melhorou em 2011, situando-se em -7,5% contra -10,4% no período homólogo de 2010.

**Quarto:** A Taxa de pressão fiscal anual programada em 2011 foi de 7,8%, tendo-se situado em 8,8% no final de Dezembro de 2011 contra 8,0% no final de Dezembro de 2010.

Em relação ao Pacto de Convergência, Estabilidade e Crescimento, podemos constatar que durante o período considerado de 2011, foi registado uma grande melhoria em termos do cumprimento da Convergência nominal.

#### IV. ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ECF COM FMI

**Tabela 1. Guiné-Bissau: Indic. Quant. Prog. ECF 2011**  
(em milhões de Fcfa)

Descrição	Fim Dezembro-2011		
	Prog.	Real. Acum.	Var.
<b>1. Receitas do Governo</b>	49.859,8	52.603,2	<b>2.742,4</b>
Receitas fiscais	37.916,5	40.253,4	<b>2.336,9</b>
Receitas não fiscais	11.943,2	12.348,8	<b>405,6</b>
<b>2. Saldo Primário Base</b>	-13.717,2	-1.514,5	<b>11.463,8</b>
<b>3. Financiamento Interno</b>	0,0	2.132,7	<b>2.132,7</b>
<b>4. Novos Atras. Internos</b>	0,0	1.189,9	<b>1.189,9</b>
<b>5. Pag. Atrasados anos anteriores</b>	0,0	383,2	<b>383,2</b>
<b>6. Despesas Primária Interna</b>	63.576,9	54.855,6	<b>-8.721,4</b>
<b>7. Despesa não Titulada (DNTs)</b>	200,0	244,9	<b>44,9</b>
<b>8. Gastos Sociais e outras desp. Prioritário<sup>1</sup></b>	12.227,0	10.080,9	<b>-2.146,1</b>

De 01 a 16 do mês de Março de 2012, estará no País uma Missão do FMI para a sua quarta avaliação do programa trienal acordado com o governo da Guiné-Bissau no quadro ECF (2010-2012).

Relativamente a terceira avaliação do programa com o FMI, concluiu-se que o desempenho do Governo face as metas quantitativas foram satisfatórias. Em relação as metas estruturais o Governo tem vindo a cumprir de forma regular com as medidas, no quadro do programa.

Todavia, é necessário fortalecer o cumprimento das metas com vista a viabilização do programa em curso.

As receitas Fiscais e as receitas não Fiscais realizadas ficaram acima do valor programado, o que permitiu o cumprimento da meta traçada com o FMI.

No quadro do Programa Económico Financeiro, registou-se no final de 2011, alguns avanços no saneamento das finanças públicas, concretamente no domínio das metas quantitativas e estruturais em curso.

Porém, o governo promete continuar a redobrar esforços no sentido de poder respeitar cabalmente o horizonte acordado com o Fundo Monetário Internacional.

<sup>1</sup> Por gastos sociais e outros gastos prioritários, entende-se o total da despesa corrente nos sectores da Educação, Saúde e Agricultura e as despesas de capital financiadas com recursos internos (Infra-estrutura).

## V. PERSPECTIVAS

Para o ano 2012, as perspectivas económicas continuam , em termos gerais, favoráveis. Dada a estabilização dos preços internacionais da castanha de cajú, as previsões apontam para um crescimento do PIB real na ordem de 4,5%, em relação ao ano anterior. Este facto é justificado pela a produção sustentada de cajú, dinamismo nas actividades de construção e de um programa de investimento público abrangente.

As orientações da política económica para 2012, continuarão a centrar-se no saneamento das finanças públicas. Quanto a política fiscal, o Governo mantém-se alinhado com o programa fiscal de 2011. Espera-se que a receita fiscal aumente cerca de 2,0% do PIB. Aproximadamente metade deste aumento é reflexo de uma maior compensação financeira das pescas da UE (0,8 pontos percentuais do

PIB) e das receitas brutas mais elevadas devido ao controlo das isenções das importações de bens de capital, que incluem os combustíveis, pelo Governo e pelas ONGs (0,3 pontos percentuais do PIB).

A política orçamental preconizada pelo Governo para 2012 visa atingir um défice de 1,3% do PIB, contra o défice 2,8 do ano 2011. Essa medida é necessária para consolidar a credibilidade alcançada no domínio das finanças públicas, graças as reformas realizadas e em curso, visando aumentar as receitas e reforçar o rigor no controlo das despesas.

O Governo, em 2012, perspectiva alcançar a sustentabilidade orçamental e externa, relançar o crescimento económico e progredir no sentido da redução da pobreza através dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM).

## VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com a conjuntura económica mundial não favorável temporariamente. Os riscos de concretização de um cenário desfavorável, voltaram a crescer. O crescimento económico ainda é fraco em muitas economias avançadas devido a recessão económica verificada.

A performance económica e financeira alcançada através da implementação do programa ECF, teve progressos no final do ano de 2011.

O ponto de conclusão que permitiu a perdão da dívida externa, obtida no quadro da “Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados e da Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral assim como dos principais credores do Clube de Paris, irão contribuir muito para a melhoria do equilíbrio financeiro, na optica da tesouraria geral do Estado, que posteriormente poderá encorajar o investimento público e privado.

O desempenho fiscal consubstanciado no programa ECF, tem melhorado no período.

Com o aumento registado nas receitas tributárias em 21,7% e nas receitas não tributárias em 7,2%, o Governo conseguiu-se cumprir com as metas acordadas pelo FMI no tocante as receitas do Governo no quadro da implementação do Programa ECF. As despesas correntes e as despesas totais aumentaram em 9,0% e 8,9%, respectivamente, face ao mesmo período do ano transacto.

Em relação aos Critérios do Pacto da Convergência, Estabilidade, Solidariedade e Crescimento da UEMOA, o Governo conseguiu cumprir com alguns Critérios da primeira ordem, que são: saldo orçamental de base em relação ao PIB e stock da dívida externa por PIB. Os atrasados de pagamentos internos ainda continuam a constituir uma preocupação para o Governo.

Quanto ao critério da segunda ordem, os esforços estão a ser empreendidos em cada ano, no sentido de poder respeitar as normas estabelecidas no quadro da União Económica Monetária da Africa Ocidental.

Todavia, é necessário ainda reforçar o rigor e a contenção nas despesas, baseada numa política de maior controlo e de prudência fiscal nos próximos tempos.

**Recomendações:**

- Manter a despesa do ano corrente limitada aos níveis dos recursos disponíveis sem agravar o serviço da dívida pública;
- Mobilizar mais receitas, essencialmente através da redução das subvenções e das isenções alfandegárias, bem como de um controlo mais rígido das mesmas;
- Continuar a reduzir paulatinamente elevado stock de atrasados internos (dos anos anteriores) em conformidade com o plano de médio prazo do Governo;
- Privilegiar os gastos nos sectores prioritários;
- Reservar recursos para contingências e reformas.

*Ficha Técnica:*

**Coordenadores:**

Dr. José Carlos Varela Casimiro

Secretário de Estado de Tesouro

Dra. Gabriela Fernandes

Secretária de Estado do Orçamento e Assuntos Fiscais

**Director Geral:**

Jeremias Pereira

*E-mail:* [Jeancrpe@hotmail.com](mailto:Jeancrpe@hotmail.com)

**Site:** [www.minfin-gov.bissau.net](http://www.minfin-gov.bissau.net)

**Equipa Técnica:**

Óscar Cunha

Adão Jata

Alberto Lona

Seco Camara

Totas A. J. Correia

Samora Gomes

Carlos Sanhá

Edson Mango

Emerino L. Neto

Laudimila C. S. Camará

**O Secretário**

Mamadú L. Turé

## Coordenação Gráfica:

Direcção Coordenadora dos Serviços de Informática

**Colaboração de todas as Direcções Gerais do Ministério das Finanças**